

Para uma língua (mais) pluricêntrica: identificação de padrões na aquisição da concordância nominal em Angola

Resumo

Esta pesquisa tem como fim analisar a variação e os padrões de concordância nominal em produções escritas e identificar o papel do conhecimento metalinguístico no processo de Aquisição/aprendizagem desta estrutura linguística. Mediante a aplicação de um exercício de produção escrita a 120 alunos do I ciclo do ensino secundário em Angola (37 da 7ª classe, 40 da 8ª classe e 43 da 9ª classe), foi possível verificar que os problemas de concordância nominal transcendem a oralidade e é um problema que também se verifica na escrita, ainda que os desvios de número sejam ligeiramente mais expressivos que os de género. Além disso, os efeitos da escolarização também são perceptíveis; Não foi possível encontrar uma correlação entre língua materna e os desvios de concordância registados, ou ainda entre os índices temáticos -a e -o dos nomes com o grande número de desvios identificados, como se demonstra em Ferreira (2017) e Nhatuve, (2019).

Palavras-chave: concordância nominal; número; género; variedade angolana

1. Introdução

Num mundo em que o intercâmbio intercultural e o processo de integração se apresentam como desafios contemporâneos (Mendes, 2019), conhecer as especificidades das manifestações socioculturais e linguísticas de uma determinada nação é uma tarefa bastante facilitadora. É bastante consensual a ideia de uma variedade em emersão, quando se olha para Angola, mas a ausência de uma norma constituída faz com que muitos investigadores, inclusive angolanos, se apresentem reticentes no reconhecimento de tal variedade ou deste território como sendo (também) um centro (importante) dessa língua.

Este estudo é um contributo ao processo de descrição desta variedade e os nossos principais objetivos centram-se na identificação de padrões de aquisição/aprendizagem da concordância nominal e a verificação da importância de fatores extralinguísticos como a língua materna e a classe de escolaridade em que os informantes se encontram.

A concordância nominal tem sido apresentada como uma estrutura problemática em todas as outras variedades do português¹ e em Angola o problema tem sido abordado mediante a análise de discursos espontâneo de falantes com diferentes perfis (ver Adriano, 2014; Inverno, 2009; Paulo, 2019). Esta é uma pesquisa ainda em curso e a sua concretização passa pela aplicação de um questionário sociolinguístico, um exercício de produção escrita, um teste de juízo de gramaticalidade e pela elicitacão de frases através de imagens em 120 alunos do I ciclo do ensino secundário² em Angola. Os resultados aqui apresentados são apenas referentes ao exercício de produção escrita.

2. A nativização do português

A importância que o português ocupa no conjunto das línguas angolanas é hoje incontornável. A mesma resulta de “privilégios” provenientes de medidas políticas, e não só. A primeira referência à legitimação do português é encontrada na Constituição da República de Angola que, no seu artigo 19º, enuncia que “a língua oficial da República de Angola é o português”. Este documento, enquanto lei magna que regulamenta todas as práticas vivenciais do território angolano, ao apontar o português como oficial, torna esta língua como “aquela que representa o Estado, a que é veiculada pelas instituições oficiais (escolas e outras) e, ainda, aquela que é capaz de veicular qualquer tipo de conhecimento, filosófico ou científico, de cariz tradicional ou resultante de investigação de ponta” (Correia, 2001:13).

De facto, apesar do seu carácter multifuncional, o português coabita com muitas línguas, na sua maioria de origem bantu, assumindo, nestes casos, o estatuto de língua segunda (LS). Face ao plurilinguismo existente em Angola, e apesar da falta de homogeneidade na sua utilização, o “português é, entre todas as línguas, a que é capaz de permitir e facilitar a comunicação entre todas as áreas culturais da Nação e desta com o exterior” (Carrasco, 1988:65). Como consequência, muitos angolanos já possuem o português como sua língua materna (LM) e, por isso, alguns estudiosos (como Adriano, 2014 e Nzau, 2011) já o têm apontado como língua nacional.

¹ para a variedade moçambicana, ver Gonçalves, 2007; 2015; Jon-And, 2010; 2011; para a variedade de São Tomé, ver Brandão & Vieira, 2012; para a variedade de Cabo Verde, ver Jon-And, 2011; para a variedade brasileira, ver Brandão & Vieira, 2012; Lucchesi, 2000; Pacheco, 2010; e para a variedade europeia ver Peres & Mória, 1995

²O 1º ciclo do ensino secundário corresponde ao 7º, 8º e 9º anos de escolaridades.

No que diz respeito ao domínio linguístico, podemos dizer que há, por um lado, uma zona urbana, onde vigora essencialmente o português, e uma zona rural, onde podemos encontrar o português em interação com outras línguas angolanas, as de origem africana, que “são consideradas minoritárias, uma vez que cada uma delas está confinada num espaço geográfico restrito em função da concentração do grupo etnolinguístico” (Manuel, 2015: 16). A utilização de, pelo menos, mais uma língua além do português faz com que haja condições para que as crianças estejam expostas a mais do que uma língua logo à nascença.

Assim sendo, as crianças que nascem no seio das famílias angolanas podem ser categorizadas em dois grupos: monolíngues, aquelas que falam somente o português (normalmente filhos de pais jovens, que não falam ou não utilizam a outra língua em contexto familiar) e bilingues, quer simultâneos – aquelas que aprendem ao mesmo tempo ou até aos 3 anos de idade o português e uma outra língua (estas constituem a maioria), quer sucessivos – aquelas que entram em contato com o português apenas na escola, o que, nas zonas rurais angolanas, acontece muito tardiamente (por volta dos 7 ou 8 anos).

De acordo com Mingas (2005), já nos anos 30 era possível encontrar em Angola crianças cuja LM era o português. Claro que estas seriam muito poucas e filhas de portugueses³ ou de nativos muito próximos destes (sendo que os filhos de nativos tinham igualmente a possibilidade de aprender mais uma língua, além do português, uma vez que mantinham contato com os seus familiares). Nzau (2011), refere que a percentagem de angolanos que têm o português como língua materna é de 26%. Porém, Inverno (2009: 203) e Lemos (2014: 37), referem que o português é a LM de “apenas 57600 falantes angolanos, maioritariamente elites e jovens dos centros urbanos do litoral”. Em todos os casos, os dados apresentados são meramente hipotéticos, ou tendo como base referências muito antigas⁴. Em estudos posteriores, as percentagens de falantes de português como LM vai oscilando conforme as referências utilizadas ou generalizações que têm como base uma amostra muito específica (ver Agualusa, 2005: 27; Cruz, 2007: 104 e Undolo, 2014: 42).

Na ausência de dados estatísticos mais representativos, é oportuno analisar o perfil da amostra de alguns estudos mais recentes. Em Manuel (2015) estuda-se a situação

³ Entenda-se crianças filhas de pais nascidos em Portugal, uma vez que nessa altura Angola uma província portuguesa.

⁴ Inverno, por exemplo, apresenta em 2009, dados de Grimes (1988) e Asher (1994).

linguística de Benguela, uma cidade angolana situada a oeste do país, e descreve-se a competência linguística dos falantes dessa região da seguinte forma:

(...) boa parte das pessoas nascidas em Benguela são potencialmente falantes bilíngues do português e do umbundu, pois estão expostas a estas duas línguas, que ouvem frequentemente no seu seio familiar e no seio social, como, por exemplo, na escola e na comunicação social, onde as duas línguas são utilizadas em programas informativos, embora o português seja muito mais utilizado (Manuel, 2015: 17).

Apesar disso, Manuel (2015) não descarta a possibilidade de haver em Benguela pessoas que só falem o português ou que estejam propensas a isso, uma vez que estão mais expostas a esta língua. O autor realça ainda que esta é uma situação que não se verifica em relação ao umbundu, ou seja, não há em Benguela pessoas que só falem umbundu ou, se for o caso, que não estejam propensas a aprender o português.

Já Cruz (2013) apresenta dados que comprovam que, apesar de haver condições sociais para que a aquisição bilingue ocorra, muito cedo os falantes se apercebem da importância que o português ocupa no processo comunicativo e, por isso, interessam-se mais em aperfeiçoar as suas competências nessa língua, comprometendo seriamente o desenvolvimento da outra língua. Num estudo comparativo entre o perfil linguístico do falante urbano do Huambo e do Lubango, duas cidades do centro e sul de Angola, respetivamente, Cruz (2013) pretendia saber quem fala o quê nestas cidades e, por isso, inquiriu uma amostra de 2000 falantes, entre crianças, jovens e adultos. Os resultados mostraram que cerca de 65% da população estudada tinha o português como LM. Destes, 43% tinham domínio de mais uma língua (em quase todos os casos o umbundu) e em 22% dos casos o português era única língua que os participantes dominavam.

Cruz (2013) constatou ainda que nessas localidades as línguas bantu são mais faladas pela população de segmentos etários mais envelhecidos e, regra geral, oriunda do mundo rural – fator que dita a diminuição destes falantes. Paralelamente, este investigador observou uma fraca apetência dos jovens pela aprendizagem e uso dessas línguas, bem como um grande desconhecimento, por parte da população em geral, de línguas estrangeiras – sendo, no entanto, o inglês a língua estrangeira mais usada e estudada, sobretudo em ambiente escolar.

A constatação acima também não é absoluta, pois nem sempre os adultos provenientes de zonas rurais encontram, nos meios urbanos, condições para que continuem a comunicar-se na sua língua materna, porquanto nestas zonas há uma

miscigenação étnico-cultural muito elevada e o português funciona como uma espécie de língua franca. Além disso, estas mudanças migratórias são, quase sempre, motivadas pela procura de melhores condições de vida e, chegados à cidade, os falantes sentem uma necessidade urgente de aperfeiçoar a língua mais falada, o português, para a sua rápida inserção social.

Adriano (2014), por sua vez, desenvolveu um estudo com 85 falantes, bacharéis e licenciados, na província da Huíla, onde verificou que 60% dos mesmos tinham o português como LM e, destes, 34,1% falavam exclusivamente esta língua. É claro que esses resultados se devem ao facto de o estudo ter sido realizado na zona urbana daquela província e de se tratar de uma cidade onde, à semelhança da capital, Luanda, a cultura académica é ligeiramente antiga comparativamente ao resto do país. Os resultados seriam, certamente, diferentes se o mesmo estudo tivesse sido realizado no interior da província ou em províncias como Cabinda, Lunda Norte ou Moxico, a título de exemplo, onde existem, até hoje, crianças e/ou adultos que só têm contato com o português no contexto escolar, quando, evidentemente, têm a sorte de lá chegar.

Porém, o estudo de Adriano (2014) é um excelente indicador que nos permite constatar o aumento considerável do número de falantes, nas zonas urbanas, que possuem o Português como LM e a nativização desta língua, pois, se é verdade que 71,1% da população angolana usam-no em casa como língua de comunicação familiar, é também verdade que as crianças que nascem nesses meios o têm como LM, ou são, em boa parte dos casos, falantes bilingues.

Diante desta situação e, tendo em conta ainda os dados do Censo da População, fica claro que apenas 28,9% da população não usa o português como língua de comunicação familiar, o que não significa, necessariamente, que os mesmos, ou pelo menos alguns deles, não o compreendam.

É importante ressaltar que muitos dos falantes que são referidos como tendo o português como LM tiveram o primeiro contato com a língua através de outros falantes que não a dominavam como tal, logo a sua LM resultou de uma variação do português padrão.

Por resultar de uma situação de contato linguístico, a variedade angolana é resultante de uma situação que conjuga, de acordo com Baxter e Lucchesi (2009), dois movimentos:

(i) a erosão gramatical da língua alvo, que, nos processos mais radicais de contato, pode levar à eliminação de todo o seu aparato gramatical no momento inicial de sua aquisição como segunda língua por falantes adultos; e (ii) a recomposição gramatical dessa(s) variedade(s) defetiva(s) de segunda língua, que ocorre em função do estabelecimento da rede de relações sociais que vai dar ensejo à formação de uma nova comunidade de fala (Baxter & Lucchesi, 2009: 103).

Desta “erosão” e “recomposição gramatical” resulta um processo de adaptação sociocultural da língua a que chamamos de nativização, ou como explicaria Gonçalves (2005: 185), “processo de aculturação através do qual uma língua se torna próxima do contexto sociocultural de países pós-coloniais”. Tal aculturação é resultante das necessidades de comunicação, que envolve uma representação sociocultural, pois, de acordo com Baxter e Lucchesi:

a socialização e a nativização do código de emergência entre os segmentos dominados criam necessidades expressivas e comunicativas que demandam itens e estruturas para desempenhar papéis funcionais e expressar relações categoriais imanentes, desencadeando o processo de reestruturação gramatical da variedade linguística que se forma na situação de contato (Baxter & Lucchesi, 2009: 114).

Este processo de adaptação linguística é inevitável, a partir do momento em que cada geografia apresenta particularidades próprias, ou seja, novos referentes que a língua necessita representar para satisfazer as necessidades comunicativas dos falantes.

À medida que decorrem essas variações, e considerando as necessidades de comunicação, a variedade “transformada” circula e expande-se e vários outros aprendentes da língua (incluindo crianças) estarão expostos a ela, através de um processo de “transmissão linguística irregular” (Baxter & Lucchesi, 2009) que dá origem à variedade angolana do português cujo reconhecimento e normatização têm sido defendidos por linguistas como Carrasco (1988), Mingas (2005) Nzau (2011) e Undolo (2014). Todavia, o caminho para tal reconhecimento ainda parece longo, pois seria necessário um trabalho nacional de descrição e sistematização das estruturas das línguas que fariam parte da norma, para que se obtenha um resultado mais ou menos representativo. Sendo que questões de norma e variação geralmente envolvem decisões políticas, as probabilidades de que se eleve uma variante socioeconomicamente mais influente e pouco representativa é também muito provável.

A situação de Angola é muito semelhante com as de outros países africanos de língua oficial portuguesa, com especial destaque para Moçambique, onde o crescimento do número de falantes da língua tem aumentado cada dia mais, sendo, atualmente, o segundo país africano, depois de Angola⁵, de língua portuguesa. Por conta de vários fatores, o português que se forma nestes países é singular e é notável até mesmo em falantes escolarizados.

Este facto de as pessoas, de um modo geral, falarem mais as variedades em emersão do que a variedade padrão⁶ desperta, nos falantes da comunidade, atitudes e sentimentos variados em relação a esta maneira específica de utilizar a língua. O mais comum é que, na maior parte dos casos, os falantes escolarizados cuja forma de falar se aproxima à padrão tenham uma aversão a esta variedade em emersão e, como se demonstra em AUTOR, no caso dos professores, chega-se mesmo a menosprezá-la em sala de aulas, fazendo com que os alunos que a falam se sintam excluídos.

De acordo com Gonçalves (2005: 185) diante da acessão de uma variedade em cada um dos países africanos de língua portuguesa⁷, é possível identificar três fases histórias das atitudes dos falantes relativamente as novas variedades locais: (i) fase em que não há nenhum reconhecimento das propriedades específicas dessa nova variedade; (ii) fase em que estas variedades são já reconhecidas, mas é sempre “uma outra pessoa que as usa”; (iii) fase em que se desenvolve uma controvérsia entre aqueles que defendem uma norma local e os que preferem o padrão exo-normativo adotado na antiga metrópole.

Considerando apenas essas fases, pode-se dizer que Angola está, então, muito próximo de assumir uma norma, pois já há muito verificamos esta controvérsia de que a autora fala. E há inclusive, tentativas de sistematização de características mais salientes da variedade angolana em todos os sistemas da língua⁸.

Por outro lado, não são poucas as descrições, geralmente externas à África, que agregam todas as variedades dos países africanos numa só, falando muitas vezes de uma variedade africana do português (cf. Vidal, 2020). Várias são as possibilidades

⁵ De acordo com os dados do Observatório Internacional da Língua Portuguesa, 60% dos moçambicanos falam português e a percentagem de angolanos que utiliza a língua é de 71,1%, sendo que esses países possuem uma população estimada em 27,9 e 32,8 milhões de habitantes, respetivamente.

⁶ A variedade padrão em Angola e Moçambique é o Português de Portugal.

⁷ A acessão de variedade propriamente dita reúne mais consenso quando se refere a Angola e Moçambique. Mas as línguas são dinâmicas e nada impede que nos demais países africanos a situação não venha a evoluir.

⁸ Para um conhecimento mais aprofundado destas descrições, consultar os trabalhos disponíveis na secção bibliografias da Cátedra do Português Língua Segunda e Estrangeira da Universidade Eduardo Mondlane (<https://catedraportugues.uem.mz>)

justificativas para a utilização de tal expressão; a mais conhecida consiste na necessidade de apresentação de uma oposição à expressão “português europeu” (cf. Gonçalves, 2007), irónica se considerarmos que há apenas um centro desta variedade, Portugal, e se comparada ao caso brasileiro em que os investigadores preferem “português do/no Brasil ou português brasileiro” em vez de “português americano”, sendo que esta última expressão seria ambígua, na medida em que não saberíamos de que América estaríamos a falar⁹. Esta última reflexão é a mesma que se pode fazer em relação à África, que possui 4 países de língua oficial portuguesa e cada um deles constitui um centro da língua, na conceção de Clyne (1992) de língua pluricêntrica.

Sobre este assunto, Gonçalves (2007) não deixa de fazer referência à existência de algum preconceito linguístico na utilização da expressão “variedade africana”, em relação ao contexto político social:

No que respeita ao contexto político-social, constata-se o facto de que, por emergirem em sociedades coloniais, fortemente marcadas por preconceitos socioculturais e também raciais, durante muito tempo, as variedades não nativas foram vistas como subprodutos das línguas coloniais, sendo consideradas línguas ‘imperfeitas’, geradas pelas populações colonizadas, que pareciam incapazes de aprender o padrão europeu na sua plenitude (Gonçalves, 2007: 27).

Tal aversão a outras variedades que não a padrão (de Portugal) existe até aos dias de hoje, não apenas neste país, de onde recentemente nos chegou notícias sobre professores, encarregados de educação e psicólogos preocupados com “a invasão do Brasil ao vocabulário dos mais novos¹⁰”, mas também dos próprios países africanos, onde existem falantes, muitas vezes fazedores de opinião, que afirmam que a variedade do “português angolano não existe¹¹”, defendendo sempre “o português ideal”, o de Portugal.

Na visão de Gueleka (2021) o processo de nativização do português, compreende várias fases, que vão desde os primeiros contatos estabelecidos pelos colonos portugueses com as populações nativas (no século XV), percorre toda a história de imersão do colonizador nos países colonizados, até a atual circunstância de uma afirmação cada vez

⁹ Pelo menos os mais distraídos.

¹⁰ Notícia disponível em: <https://www.noticiasmagazine.pt/2021/o-brasil-esta-a-invadir-o-vocabulario-dos-mais-novos/estilos/comportamento/265958/> [consultado em 10-01-2022]

¹¹ José Luís Mendonça, em Língua e segurança nacional em Angola – disponível em Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/idioma/lingua-e-seguranca-nacional-em-angola/3488> [consultado em 10-01-2022]

mais frequente dessa língua. Este autor assume, com Hagemeijer (2016), que esse processo de nativização estará completo pois, são cada vez mais as populações têm o português como LM.

Independentemente destas posições, não podemos ignorar o facto de que o português assume propriedades específicas no contexto angolano por conta, não apenas do contacto linguístico, mas também da necessidade de adaptação da língua às representações socioculturais próprias da região. Desse processo resulta, indubitavelmente, uma variedade não nativa, já existente, ainda que pouco descrita e que não tenha (ainda) uma norma assumida.

3. O número e a concordância de número

Em português, a observação dos dados mostra que a maioria dos nomes apresenta uma forma para o singular e outra para o plural e que o contraste é realizado pela presença ou ausência de um único sufixo (exemplo: gato/gatos) no final da unidade morfológica: no singular, a flexão dos nomes opera no vazio, ou seja, não existe nenhum sufixo para este valor de número, podendo admitir-se que esse valor de número é assumido por defeito; o plural dispõe de um sufixo próprio que é -s (ver Villalva, 2003: 927-928).

Desta forma, o número expressa-se no plano morfossintático de forma previsível e transparente e é, quase sempre, semanticamente motivado, veiculando valores quantitativos ou de genericidade (Peres, 2013). Ou seja, a presença ou ausência de um sufixo flexional (-s) é determinante para estabelecer a diferença dos valores de singular e de plural.

Dado que, por definição, a flexão é obrigatória e sistemática, espera-se que todos os nomes e todos os adjetivos exibam contrastes de número e que os realizem sempre do mesmo modo (ver Villalva, 2003). Desta forma, estão no singular os nomes que “designam um ser único, ou o conjunto de seres considerados como um todo” e estarão no plural os nomes que “designam mais de um ser ou mais de um desses conjuntos” (Cunha & Cintra, 2014: 240).

As descrições sociolinguísticas da variedade angolana desde muito cedo deram conta das dificuldades de atribuição dos valores de género e de realização da concordância nominal. Já em 1990, Endruschat (1990) fazia referência ao domínio insuficiente das regras sintáticas do português considerado padrão no território angolano,

o português de Portugal, provocando desvios e formas simplificadas e reduzidas das estruturas. A autora aponta entre os exemplos a omissão da marca do plural no sintagma nominal (SN) com função de sujeito. Entretanto, como causas desses problemas, apresentava-se sempre a interferência linguística, o que na época fazia muito sentido, pelo facto de a maior parte dos falantes da ser bilingue (geralmente tendo o português como LS).

Entretanto, estudos mais recentes (como veremos a seguir), envolvendo em alguns casos falantes monolíngues, dão conta de que estes falantes apresentam os mesmos problemas. Ora, se estes possuem o domínio de apenas uma língua, os seus problemas não podem ser atribuídos à interferência linguística. Quanto menos, os mesmos são causados pela influência do *input* linguístico, uma vez que, tal como já foi referenciado, alguns destes falantes aprendem a língua através da exposição a um *input* desviado do padrão.

São várias as estruturas que são alvo de variação na variedade angolana do português, mas interessa-nos aqui ressaltar algumas das constatações registadas no processo de realização da concordância no sintagma nominal.

Num estudo realizado na cidade do Dundo (provincia da Lunda Norte – região leste de Angola), Inverno (2009), constata que

o núcleo do SN raramente recebe marcação de número. A pluralidade é indicada pela adição do sufixo –s apenas aos elementos não-nucleares mais à esquerda no SN, especialmente no discurso de falantes mais velhos ou menos instruídos ou no discurso informal daqueles que são mais jovens ou instruídos (Inverno, 2009: 91 - 92).

Trata-se de um fenómeno que a autora constata em SN simples (constituído por pré – determinante e/ou determinante e/ou modificador e/ou quantificador e o núcleo do SN), desempenhado diversas funções sintáticas, como se pode verificar nas ocorrências reproduzidas em (1), (2) e em (3):

- (1) Vigia as criança_
- (2) Ele marca muitos golo_
- (3) Os meus passatempo_

Em todos os casos dos exemplos apresentados, o núcleo do SN é o único elemento que não obedece a harmonia morfossintática, estando, portanto, isento da atribuição do valor de número nominal, originando um problema de concordância nominal de número.

O exemplo em (3) sugere que o problema da omissão da marca do plural que desencadeia na falta de concordância não se restringe a SN simples, constituídos apenas por determinantes e nomes, como em (1) e (2), mas também quando há um pré-determinante possessivo.

Nos casos em que o núcleo do SN é um pronome, Inverno (2009: 93) constata que a omissão do morfema de plural é omitido no modificador (quando este é posposto), como se ilustra na ocorrência em (4):

(4) Há coisas que eles próprio_ exigem.

Em situações em que o núcleo é composto, verificam-se nos resultados de Inverno (2009: 9) que os elementos mais à esquerda no SN tendem a atrair a marcação de número, como em (5):

(5) guardas-chuva

No estudo de Inverno (2009) participaram vários informantes e com vários perfis, desde crianças a adultos, monolíngues e bilingues, e o facto de não se fazer uma apresentação dos resultados considerando estas características dos participantes não nos permite correlacionar as ocorrências com qualquer um destes fatores, que muito provavelmente as influenciaram.

Entretanto, as constatações acima também são registadas em estudos envolvendo amostras homogéneas. Eduardo (2019), por exemplo, estuda especificamente uma amostra de falantes de português LS, igualmente na Lunda Norte, e, além das ocorrências apresentadas, por aquela autora, identifica outros casos.

Em situações em que o núcleo do SN é acompanhado por um modificador pós-verbal, os participantes do estudo de Eduardo (2019: 189) omitem a marcação do plural no núcleo, sendo, portanto, igualmente recorrente a omissão desta marca no modificador, como ilustrado em (6) e (7), respetivamente.

(6) (...) estrada esburacadas já começaram a ser tapadas.

(7) (...) estradas esburacada já começaram a ser tapadas.

Quando o modificador se encontra na posição pré-nominal, Eduardo (2019: 191) também constata a omissão da marca do plural no núcleo do respetivo SN, como ilustrado em (8), sendo que Adriano (2019: 203) regista, num *corpus* recolhido um pouco por todo o país, várias ocorrências da omissão dessa marca no modificador pré e pós-nominal, como ilustrado em (9).

(8) Só sei que este ano terei novos professor.

(9) (...) em perfeita condições

A todos estes casos, Adriano (2014: 202) adiciona a falta de concordância de número entre o nome e o predicativo do sujeito (sendo que a omissão da marca do plural acontece neste último elemento), como ilustrado em (10), e a omissão da marca de plural simultânea no nome e no adjetivo, quando estes são precedidos de um artigo (ainda que este esteja contraído), como ilustrado em (11).

(10) somos irmão.

(11) (...) necessidade dos médico angolano.

Por outro lado, apesar de pouco comum, Adriano (2014: 186) também regista a omissão da marca do plural no determinante, como ilustrado em (12).

(12) terra do nossos antepassados.

Como se pode observar nas ocorrências apresentadas, a questão da falta de concordância pela omissão da marca do plural é uma situação muito presente na variedade angolana do português, em que podemos registar vários casos, dos mais previsíveis aos mais inusitados.

De acordo com Adriano (2014: 214), “a maior parte dos enunciados transcritos [pelo autor – alguns dos quais reproduzidos acima] em relação aos casos de concordância nominal foi proferida por pessoas com escolarização média e superior”, destacando-se neste grupo casos de falta de concordância quando o adjetivo com valor de modificador ou de predicativo é antecipado ao sintagma nominal com o qual deveria concordar. Este autor acrescenta que “as camadas pouco ou nada escolarizadas, isto é, no português não culto, ocorrem também estruturas que apresentam falta de concordância entre o determinante e o nome” (Adriano, 2014: 215), portanto, num sintagma com apenas dois elementos.

Independentemente do perfil de quem fala, um facto parece certo: há, do ponto de vista teórico, muita variação na realização da concordância nominal de número na variedade angolana no português, o que justifica o interesse da presente investigação.

4. O género e a concordância de género

Ao contrário do que geralmente é aceite, “a realização dos contrastes de género (masculino e feminino), em português, não pode ser atribuída à flexão” (Villalva, 2000: 171). Villalva (2000) esclarece esta afirmação da seguinte forma:

os contrastes de género não afectam a totalidade dos adjectivos (cf. leve, apreciável), nem a totalidade dos nomes (cf. pente, criança), ou seja, não são obrigatórios e a sua realização não é sistemática. A variação em género está limitada ao conjunto dos adjectivos variáveis (cf. novo/nova; inovador/inovadora) e a um subconjunto dos nomes que referem entidades animadas (cf. menino/menina; gato/gata), podendo ser realizada lexicalmente (cf. novo/nova; menino/menina; (o/a) jornalista, homem/mulher), ou morfológicamente (cf. conde/condessa, águia-macho/águia-fêmea) (Villalva, 2000: 168).

O género é, assim, entendido como “uma propriedade lexicossintática, cujo valor idiossincrático é carregado pelo radical nominal” (Martins, 2015: 27) ou, então, uma categoria morfossintática não realizada por flexão, visto que se trata de uma categoria cujo contraste não pode ser atribuído à flexão (Villalva, 2000).

Assim, enquanto todos os nomes (e alguns pronomes) são especificados quanto ao género gramatical, existindo dois valores em oposição, masculino e feminino, a esmagadora maioria não admite contrastes de género, não havendo, na morfologia do nome, um constituinte que especifica e consistentemente lhe corresponda.

À semelhança do que acontece na concordância nominal de número, em Angola, a atribuição do valor de género nominal e a respetiva concordância também são alvos de variação, ou seja, além das formas atestadas pela norma padrão, ocorrem muitas outras não previstas nesta norma.

Da análise feita por Inverno, a autora conclui que

a marcação de género parece ser categórica no discurso dos falantes jovens e falantes instruídos. Contudo, no discurso dos falantes mais velhos e menos instruídos raramente ocorre concordância de género entre o núcleo do SN e os seus determinantes, a qual é obrigatória em PE (Inverno, 2009: 93).

Como exemplo, a autora apresenta os sintagmas nominais em (12) e (13)

(12) os palavra

(13) esses visita

Em seus exemplos regista-se falta de concordância entre o determinante e o núcleo do SN, sendo que, no primeiro caso, é um artigo e, no segundo, um pronome demonstrativo. Trata-se, como a autora refere, de casos que ocorrem sobretudo no registo informal de utilização da língua, sendo, por isso, pouco frequentes em discursos de falantes cultos.

Undolo (2014: 191) apresenta uma ocorrência desviada de concordância de género mais genérica ao referir que, na variedade do português falado em Angola, há uma tendência muito forte para a “aceitação generalizada do género feminino de certas palavras que, no PE, são masculinas. A alteração do género da forma linguística ocorre no determinante”, conforme ilustra em (14) e em (15).

(14) a guarda-chuva

(15) a porta-bagagem

No entanto, verifica-se que estas formas, de acordo com o mesmo autor, podem ocorrer tanto no masculino, como no feminino, classificando-se, assim, como nomes de género vacilante. Neste caso, geralmente a preferência dos falantes recai sobre o género feminino. Trata-se de um problema extensivo ao português língua estrangeira, pois, já Ferreira (2019) e Nhatuve (2020) atestaram uma correlação parcial, em português, entre índice temático *-o* e o género masculino, por um lado, e entre índice temático *-a* e o género feminino, por outro, sendo a aprendizagem dessas palavras mais fáceis para os falantes de português língua estrangeira e mais difícil quando não há entre as palavras e os índices temáticos tais correlações.

Em complementaridade, Adriano (2014: 206) acrescenta que a falta de concordância de género também acontece entre o sujeito e o predicativo, como ilustrado nas ocorrências (16) e (17).

(16) dos eleitores / *era notório* a ansiedade de votarem

(17) Ajudar-nos a levantar a cadeira de roda [-] *não seria adequada* //

Não tendo sido identificado em nenhuma das descrições, é importante salientar o contraste de género feito mediante a substituição do determinante masculino pelo feminino, como ilustrado em (18), na variedade angolana, e a flexão do segundo elemento (não flexionável) do nome, que reforça a atribuição do valor feminino, como ilustrado em (19).

(18) O menor / A menor

(19) O menor / A menora.

Além disso, há o caso particular, mas muito comum, da palavra *avó*, que forma o feminino pelo contraste com a palavra *avô*, cuja diferença consiste na abertura e fechamento da vogal final, respetivamente. Na variedade angolana do português, esta diferença fonológica não é perceptível, uma vez que a maior parte dos falantes pronuncia

as duas vogais de forma aberta e, para resolver tal dificuldade, cria-se uma forma própria de formação do feminino que consiste na adição de um complemento, para que esta oposição possa ser expressa, como representado em (20).

(20) Avó de mulher / Avô [avó] de homem.

Esta última forma de atribuição do valor género passa-nos a percepção de que, quando a língua não satisfaz as necessidades de comunicação das pessoas que a usam, estas desenvolvem-na, servindo-se de outros mecanismos já disponíveis na língua ou recorrendo à sua criatividade para que esta lacuna possa ser preenchida.

5. Apresentação do estudo

5.1. Participantes

A população alvo deste estudo foram 120 alunos do 1º ciclo do ensino secundário na cidade do Lubango, em Angola, isto é, 37 da 7ª classe (média de 12,9 anos de idade DP= 0,3), 40 da 8ª classe (média de 13,5 anos de idade DP= 0,9) e 43 da 9ª classe (média de 14,3 anos de idade DP= 0,6). Escolhemos este grupo por ser constituído por adolescentes que se encontram numa fase de aquisição/aprendizagem em que quase todas as estruturas linguísticas estão a estabilizar-se. Além disso, sendo que estes participantes se encontram num nível intermédio de escolarização não superior, já é possível evidenciar o papel que a escolarização desempenha no seu desenvolvimento linguístico. Trata-se, portanto, de uma amostra intencional que foi escolhida tendo como principal critério o facto de os sujeitos estarem a frequentar (as três classes) do 1º ciclo do ensino secundário na mesma escola.

5.2. Questões e hipóteses

Questão 1. Há variação na produção da concordância nominal de número e de género nos textos escritos por alunos angolanos do 1º ciclo do ensino secundário?

Angola é um contexto em que os falantes de português, quer como língua materna, quer como LS, são expostos a um *input* muito variável, pois o uso da língua em situações quotidianas é muito instável. Por conseguinte, a aquisição ocorre num contexto de transmissão linguística irregular, o que pode refletir-se no domínio que os falantes possuem sobre a concordância nominal. Com base nesses pressupostos, elaboramos a **hipótese 1**: Atendendo à variação dos padrões de concordância nominal que existe (em função das descrições existentes) no *input* a que estão expostos, os textos escritos pelos

alunos do 1º ciclo do ensino secundário exibirão igualmente, e apesar dos seus anos de escolarização, padrões de concordância nominal variável.

Questão 2: Existe uma relação entre os padrões de concordância nominal em dados de produção escrita e o conhecimento metalinguístico dos alunos do 1º ciclo no que à concordância nominal diz respeito?

O conhecimento metalinguístico, entendido como conhecimento explícito da língua, adquirido não apenas, mas sobretudo, em contexto escolar (Martins, 2008), contribui para o desenvolvimento de outras competências e, conseqüentemente, para o aperfeiçoamento do conhecimento linguístico, como se viu. Entre os vários estudos que demonstram essa relação, veja-se, por exemplo, o de Motta (2009), que analisa as diferentes maneiras como o conhecimento sobre morfologia aperfeiçoa as competências de leitura e de escrita, e os estudos de Veloso (2007; 2019), que fazem a mesma demonstração para a fonologia. Com base nesta premissa, formulamos a **hipótese 2:** O conhecimento metalinguístico dos alunos angolanos do 1º ciclo do ensino secundário correlaciona-se com a capacidade de atribuição dos valores de número e de género e de concordância nominal.

5.3. Métodos e procedimentos

5.3.1. Aplicação de um questionário sociolinguístico

Os questionários sociolinguísticos são instrumentos que têm sido utilizados com o objetivo de elaborar um perfil para cada um dos participantes de uma pesquisa e que permitem fazer o levantamento dos fatores extralinguísticos que possam ter alguma influência no seu conhecimento linguístico, assim como a autoavaliação da dominância linguística em situações de bilinguismo. Este instrumento foi útil para a pesquisa, pois permitiu a realização da caracterização dos nossos participantes e, por isso, dentre as variáveis possíveis, na elaboração do questionário consideramos o ano de escolaridade frequentado, a idade dos participantes, a(s) sua(s) língua(s) materna(s), a idade, entre outros fatores não correlacionados neste artigo. O questionário foi preenchido pelos alunos durante 20 minutos, antes da aplicação dos outros instrumento da pesquisa.

5.3.2. Teste de produção escrita

Os textos escritos constituem uma forma de representação do mundo. De acordo com Moreira (2015) os textos escritos de alunos angolanos apresentam vários problemas e de naturezas distintas. Analisá-los é uma tarefa que, entre outras vantagens, ajuda a perceber a capacidade de escrita demonstradas pelos alunos, a tipologia de erros que se podem observar, além de serem a base fundamental para identificar as estratégias que podem ser gizadas para minimizar as dificuldades registadas. Para a concretização deste método de recolha pedimos aos alunos para que escrevessem o texto sobre como a Covid – 19 afetou as suas vidas, a dos seus amigos e a das suas famílias. Trata-se de um tema de que muito se fala nos tempos que correm e os alunos não apresentaram problemas na realização deste exercício. O mesmo teve a duração de 45 minutos.

5.4.Resultados e discussão

Numa primeira análise, tencionávamos levantar o número de SN registados nas produções escritas, assim como os que apresentam algum tipo de desvio de concordância de número ou de género. Os resultados são os seguintes:

Valor	Nº de SN registados	Sem desvio	%	Com desvio	%
Género	4179	4114	98,4%	65	1,6%
Número	4179	3909	93,5%	270	6,5%

Tabela 1 – desvios de número e de género

Os resultados globais ilustrados na tabela 1 demonstram que, de uma maneira geral, os alunos apresentam mais desvios de concordância de número (6,5%) do que os de género (1,6%) em seus textos escritos. Face ao número total de sintagmas nominais produzidos, apenas os de número manifestam-se, de alguma forma, expressivos, o que responde, de alguma forma a nossa primeira questão.

Todas as pesquisas apresentadas apresentam os problemas de concordância nominal como sendo um fenómeno essencialmente da oralidade (Cf. Inverno 2009, Adriano 2014; Paulo, 2019). Entretanto, estes dados ilustram que a escrita destes alunos também é afetada por este problema.

Analisando os constituintes de afetados pelos desvios de concordância de género ou de número, os resultados são:

Constituinte afetado

Valor	Especificador	%	Núcleo	%	Modificador	%	Outros ¹²	%
Gênero	39	60%	4	6,1%	21	32,3%	1	1,6%
Número	16	5,9%	193	71,4%	46	17%	15	5,6%

Tabela 2 – constituintes afetadas pelos desvios

A tabela 2 ilustra que, em relação aos desvios de concordância de gênero, o constituinte mais afetado é o especificador (68,4% dos casos), seguido do modificador (32,3%), sendo o núcleo o menos afetado (6,1%). No que a concordância de número diz respeito é o constituinte núcleo o mais afetado e em segundo lugar está o modificador (17%), estando o especificador em último lugar (5,9%).

Os problemas de concordância nominal por omissão da marca do plural no núcleo do SN é praticamente uma marca da variedade angolana do português, sendo que a sua ocorrência é registrada em discursos de universitários, inclusive (cf. Adriano, 2019; Undolo, 2016).

A correlação entre o índice temático e os desvios de concordância de número ou de gênero também tem sido muito relevante em estudos de aquisição. Analisados os dados, os resultados são:

CN	Índice Temático													
	-aM	%	-aF	%	-oM	%	-oF	%	-eM	%	-eF	%	At	%
G	5	7,7%	20	30,8%	9	13,9%	2	3%	0	0	1	1,5%	28	43%
N	n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a		n/a	

Tabela 3 – índices temáticos dos nomes e os desvios de gênero

De acordo com a tabela acima, não foi possível estabelecer uma correlação entre o índice o índice temático das palavras afetadas e o gênero que estas representam, como constatam Ferreira, 2017 e Nhatuve, 2019 em português língua estrangeira, pois os casos de problemas de concordância em situações em que o gênero da palavra é masculino e o índice temática *-a* é de 7,7%¹³ e em casos em que o gênero da palavra é feminino e o índice temático *-o* é de apenas 3%. Mais casos foram registrados em nomes atemáticos, 43%, em nomes femininos com índice temático *-a*, 30,8%, e em nomes masculinos com índice temático *-o*, 13,9%.

¹² Enquadram-se neste grupo, desvios cujos problemas encontram-se em mais de um constituinte (quase sempre no núcleo e modificador, como em *as pessoa contaminada > as pessoas contaminadas*, mas também nos especificadores e nos modificadores como em *a pelis deli > as peles deles*).

¹³ Considerando um nível de significância de 10%

Estes dados podem ser justificados pelo facto de os nomes com índice temático -a que sejam masculinos e nomes com índice temático -o que sejam femininos serem pouco frequentes na língua e, por isso, não serem os mais óbvios para os participantes numa situação de produção linguística espontânea.

A tabela a seguir ilustra a correlação dos resultados com a classe de escolaridade:

Valor	Classe de escolaridade					
	7ª Classe		8ª Classe		9ª Classe	
		%		%		%
Género	18	27,7%	38	58,5%	9	13,8%
Número	85	31,4%	121	44,8%	64	23,7%

Tabela 4 – desvios de acordo com a classe de escolaridade dos informantes

Correlacionando os resultados com a variável classe de escolaridade, os dados acima ilustram que há mais desvios, tanto de género (58,5%), quanto de número (44,8%), na 8ª classe, comparativamente à 7ª classe (27,7% e 31,4%, respetivamente). Estes dados são interessantes na medida em que refletem um aumento do capital lexical¹⁴, consequência da escolarização, mas também o aumento do número de desvios. Por outro lado, em relação à 9ª classe, verifica-se uma diminuição significativa do número de desvios (para 13,8% na concordância de género e 23,7% na concordância de número), o que também pode ser atribuído a efeitos da escolarização sobre a aprendizagem da concordância nominal. Estes resultados aprovam, além de reforçar a aprovação da primeira hipótese, aprovam também a nossa segunda hipótese, ou seja, o avanço da escolarização tem efeitos positivos sobre a aprendizagem da concordância nominal.

Por fim, pretendíamos saber até que ponto é que os resultados apresentados sofreram influência da LM dos participantes. Os resultados são:

Valor	LM			
	Português (104 ¹⁵)		Língua Bantu (16)	
		%		%
Género	59	90,8%	6	9,2%
Número	208	77%	62	22,9%

Tabela 5 – desvios de acordo com a LM dos informantes

A tabela acima demonstra que 9,2% dos desvios de concordância de género (equivalendo a 0,4 SN por informante) e 22,4% dos desvios de concordância de número

¹⁴ De uma maneira geral, houve produção de mais SN na 8ª classe (35 em média DP = 5,9) do que na 7ª classe (29 em média DP = 8,2).

¹⁵ Número total dos alunos que têm esta língua como materna

(equivalendo a 3,9 SN por informante) foram produzidos por alunos cuja LM não é o português. Considerando que, em média, os informantes produziram 34,6 (DP = 8,4) SN, os dados na tabela acima ilustram que não há uma correlação convincente entre os desvios de concordância nominal e o facto de ser ter uma língua bantu como materna, pois os resultados dos informantes que falam apenas uma língua estão muito próximo destes. Esta falta de correlação já tinha sido identificada por Pessela (2020), em relação à número nominal.

Em síntese, e em termos de padrões, podemos dizer que, considerando as percentagens mais elevadas, a falta de concordância nominal por omissão da marca do plural no núcleo do SN (fenómeno também conhecido como plural por defeito¹⁶ ou ainda plural vazio¹⁷) representa o caso mais problemático na variedade angolana do português (71,4%), seguido da falta de concordância pela omissão dessa mesma marca no modificador (17%) ou no modificador e no núcleo (5,6%).

No que respeita ao género, problemas de concordância que se manifestam no especificador são os mais expressivos (60%), seguidos de problemas localizados no modificador (32,3%) e no núcleo (6,1%). Refira-se ainda que os nomes atemáticos foram os mais escritos com desvios (43%), seguidos de nomes femininos com índice temático -a (30,8%) e os nomes masculinos com índice temáticos -o (13,9%).

6. Considerações finais

Esta pesquisa tinha como principal objetivo saber se havia variações na realização da concordância nominal durante o processo de aquisição/aprendizagem linguística e, em caso afirmativo, identificar padrões para, desta forma, contribuir para a descrição da variedade angolana do português. Através da aplicação de um exercício de produção escrita sobre um tema sobre a covid-19 a 120 participantes, foi possível chegar à conclusão genérica de que os problemas de concordância nominal transcendem a oralidade, como vários investigadores descreveram, e também se manifesta na escrita, mesmo que os desvios de número (6,5%) sejam ligeiramente mais expressivos que os de género (1,6%). Por conta da ocorrência muito baixa de casos, não foi possível encontrar uma correlação entre LM e os desvios de concordância nominal. Além disso, os

¹⁶ Expressão utilizada por Martins (2015)

¹⁷ Expressão utilizada por Undolo (2016)

resultados informam que os índices temáticos *-a* e *-o* em nomes masculinos e femininos, respetivamente, apresentam pouca frequência nos resultados, pelo que não foi possível estabelecer uma interdependência entre estes índices com os problemas de concordância de género identificados. Os SN envolvendo nomes atemáticos são os que mais problemas de concordância género apresentam. Por último, é possível verificar nos dados apresentados a influência do processo de escolarização tanto no aumento de SN produzidos (nas produções escritas de participantes da 7ª classe em relação dos da 8ª classe), quanto na redução dos problemas de concordância nominal (nas produções dos informantes da 8ª classe em relação dos da 9ª classe).

Estes resultados são bons indicadores porque demonstram que, em situações de ensino da língua, os professores devem ter em conta que a concordância de género é menos problemática se comparada à concordância de número, para, desta forma, centrarem a sua atenção nesta estrutura, e, apesar de algumas características apresentadas neste estudo (como os problemas de concordância por omissão da marca do plural no núcleo do SN ou no núcleo e modificador), serem já marcas da variedade angolana do português – o que é evidente pelas percentagens altas obtidas –, os mesmos devem considerar os padrões apresentados numa possível no processo de planificação do ensino.

Do ponto de vista do português enquanto língua pluricêntrica, os resultados apresentados contribuem para a consolidação da descrição desta variedade (um trabalho cujo percurso ainda é longo) que, por apresentar especificidades pouco conhecidas, os investigadores apresentam-se reticentes quando o assunto é identificar territórios que (já) são (verdadeiros) centros do português, estando uma grande parte destes propensos ao biocentrismo da língua.

Referências Bibliográficas

- ADRIANO, Paulino Soma (2014). *Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola – divergências em relação à norma europeia*. Tese de doutoramento. Évora: Universidade de Évora.
- AGUALUSA, José Eduardo (2005). *A língua portuguesa em Angola - língua materna versus língua madrastra. Uma proposta de paz*. Casas das Africas USP, X(10), 27-33.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo & VIEIRA, Sílvia Rodrigues (2012). A concordância nominal e verbal no Português do Brasil e no Português de São Tomé: uma abordagem sociolinguística. *PAPIA* 22(1), 7-39.

AUTOR

CARRASCO, Agnelo. *Subsídios para o estabelecimento da norma do português em Angola*. Trabalho de licenciatura. Huíla: ISCED da Huíla, 1988.

CLYNE, Michael (1992). *Pluricentric languages. Differing norms in different nations*. Berlim e New York: Mouton de Gruyter.

CORREIA, Margarita (2001). *A escola e a norma padrão do português*. Em Expresso - Caderno principal, 8 de Setembro, p. 23.

CRUZ, Arsénio da Silva (2013). *Estudo comparativo entre o perfil linguístico do falante urbano do Lubango e do Huambo e suas implicações no ensino do Português*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley (2014). *Nova gramática do português contemporâneo*. 21ª Edição. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

EDUARDO, Albano Agostinho (2019). *Aquisição do português língua segunda no contexto da escola angolana. Perspectivas para a normalização do português falado em Angola*. Tese de doutoramento. Évora: Universidade de Évora.

ENDRUSCHAT, Annette (1990). A língua falada como força motriz do desenvolvimento do português de Angola. Em *Lusorama* (12), 63-72.

FERREIRA, Tânia (2019). *Aquisição/Aprendizagem do sistema de atribuição de género nominal em PLNM*. Tese de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

GONÇALVES, Perpetua (2007). Pesquisa linguística e ensino do Português L2: Potencialidades das taxonomias de erros. *Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* - Vol. 2, 61-76.

GONÇALVES, Perpetua (2015). Aspectos morfossintáticos da gramática do português de Moçambique: a concordância nominal e verbal. *Cuadernos de la ALFAL* (7), 9-16.

GONÇALVES, Perpétua. O português de Moçambique: Problemas e limites da padronização de uma variedade não-nativa. Em SINNER, Carsten (Orgs) *Norm und Normkonflikte in der Romania*. Munich: Peniopol, pp. 184-196, 2005.

- GUELEKA, José (2021). A nativização do português. Em TIMBANE, Alexandre; SASUCO, Daniel; UNDOLO, Márcio. *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção Editora.
- HAGEMEIJER, Tjerk (2016). O português em contato em África. Em MARTINS, Ana; CARRILHO, Ernestina (Org.) *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, pp. 43-67.
- INVERNO, Liliana (2009). *Contact-induced restructuring of Portuguese morphosyntax in interior Angola. Evidence from Dundo (Lunda Norte)*, Tese de doutoramento. . Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- JOAN-AND, A. (2010). Concordância variável de número no SN no português L2 de Moçambique - algumas explicações sociais e linguísticas. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, nº 2, 28-50.
- JOAN-AND, Anna (2011). *VARIAÇÃO, CONTATO E MUDANÇA LINGUÍSTICA EM MOÇAMBIQUE E CABO VERDE: A CONCORDÂNCIA VARIÁVEL DE NÚMERO EM SINTAGMAS NOMINAIS DO PORTUGUÊS*. Tese de doutoramento. Stockholm: Stockholm University.
- LEMONS, Dayane Moreira (2014). *Português brasileiro e português angolano: variação da concordância nominal de número*. Feira de Santana, BA: Universidade Federal de Feira de Santana.
- LUCCHESI, Dante (2000). *A variação na concordância de género em uma comunidade de fala Afro-brasileira: Novos elementos sobre a formação do Português Popular do Brasil*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras.
- LUCCHESI, Dante & BAXTER, Alan (2009). A transmissão linguística irregular. Em LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza, *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, pp. 101-121.
- MANUEL, Félix (2015). *Aspectos do português falado em Benguela*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Cristina (2008). *Línguas em contacto: “saber sobre” o que as distingue. Análise de competências metalinguísticas de crianças mirandesas em idade escolar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- MARTINS, Cristina (2015). Número e género nominais no desenvolvimento das interlínguas de aprendentes do português europeu como língua estrangeira. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*, Série: Letras e Ciências Sociais. Vol. 1, nº 1, 24-49.
- MENDES, Edleise (2014). “O ensino do Português como Língua Estrangeira (PLE): Desafios, tendências contemporâneas e políticas institucionais”. Em ANDREEVA, Yana; OHRIDSKIL, Sveti Kliment, *Horizontes do saber filológico*, pp. 33–45.
- MINGAS, Amélia (2005). Línguas nacionais e identidade cultural. Em *Actas Universidade Estatal de São Petersburgo*, pp. 1-11.
- MOREIRA, Licínio (2005). *Análise dos Textos Escritos produzidos por alunos da 7a classe em Angola e propostas de remediação de erros. Dissertação de Mestrado*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MOTTA, Márcia (2009). O papel da consciência morfológica para a alfabetização em leitura. Em *Psicologia em Estudo*, 14 (1), 159-166.
- NHATUVE, Diocleciano (2019). *Aspetos de concordância nominal em português língua estrangeira por falantes de língua materna bantu (shona) e de inglês língua segunda*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- NZAU, Domingos (2011). *A Língua Portuguesa em Angola contributos para a sua nacionalização*. Tese de doutoramento. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- PACHECO, Cíntia da Silva (2010). *Padrões sociolinguísticos da concordância de género da baixada cuiabana. Dissertação de Mestrado*. Brasília: Universidade de Brasília.
- PAULO, Dinis Sebastião (2019). *Desvios na construção da Concordância Nominal e Verbal no Português Falado em Luanda*. Tese de mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- PERES, João Andrade (2013). Semântica do sintagma nominal. Em RAPOSO, Eduardo; NASCIMENTO, Maria; MOTA, Maria; SEGURA, Luísa; MENDES, Amália; ANDRADE, Amália. *Gramática do Português*, Vol. 1 (pp. 735-813). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PERES, João Andrade & Moia, Telmo (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, 2ª edição. Lisboa: Editora Caminho.

- PESSELA, Jeremias (2020). *Sobre a Concordância de Número no Sintagma Nominal no Português de Angola: Variante do Português de Cuito-Bié*. Dissertação de mestrado. Porto: FLUP.
- UNDOLO, Márcio (2014). *Caracterização da norma do português em Angola. Tese de doutoramento*. Évora: Universidade de Évora.
- UNDOLO, Márcio (2016). Estabelecimento do plural vazio no sintagma nominal em português angolano contemporâneo. In *Lucere, Revista Académica da UCAN*, pp. 177-188.
- VELOSO, João (2007). *Aprender a escrever pode alterar o conhecimento fonológico? A silabificação das sequências /SC/ mediais do português europeu e o conhecimento das regras de translineação gráfica*. Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa.
- VELOSO, João (2019). Que conhecimento explícito da área da fonética/fonologia trabalhar nos ensinos básico e secundário? *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, Nº 5 -09, 65-74.
- VIDAL, Monteiro Severino (2020). *Afixos avaliativos do português falado em Benguela*. Dissertação de mestrado. Lisboa: FLUL.
- VILLALVA, Alina (2000). *Estruturas morfológicas. Unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VILLALVA, Alina (2003). Estrutura morfológica básica. Em MATEUS, Maria Helena; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Isabel & FARIA, Isabel Hub. *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 917-983). Lisboa: Caminho.
- VITI, Natália Valentina (2012). *Interferência linguística do umbundu no português e respectiva aprendizagem*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e humanas da Universidade Nova de Lisboa.